

EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE PAULO FREIRE EM ANGICOS – RN

EDUCATION FOR EMANCIPATION: PAULO FREIRE'S EXPERIENCE IN ANGICOS – RN

Genaro Fonseca¹

Luís Henrique Ferreira²

Resumo: Na década de 60 o Brasil vivenciou acontecimentos que refletem até hoje em nossa sociedade, em especial na área da educação, discussões como a Educação Popular começaram a surgir pautadas em teorias marxistas de uma educação igualitária para todos. O autor tratado nesta pesquisa, Paulo Freire se destaca neste momento de grande polarização política ao nível mundial, ao propor uma experiência na cidade de Angicos, interior do Estado de Rio Grande do Norte, no ano de 1963, com seu projeto ousado de alfabetizar em 40 horas. Mediante este contexto, esta pesquisa propõe como seu objetivo discutir a experiência de Angicos com a educação para emancipação, e assim verificar através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, periódicos, dissertações e teses, pautadas na pesquisa descritiva, de modo a observar como esta experiência contribuiu para comprovar a educação como peça primordial para autonomia política e social dos sujeitos. Tencionamos discussões com descrições de memórias deste projeto político pedagógico de alfabetização, que pode colocar a teoria e a prática em ação situando Paulo Freire em seu lugar de destaque mundial nas discussões em Educação Popular. Após análise pretendida, verificamos que a experiência de Angicos pode contribuir com as ideias que defendia Paulo Freire sobre a educação como ferramenta para emancipação política e social dos sujeitos.

Palavras-chave: Alfabetização. Emancipação. Política. Paulo Freire. Angicos.

Abstract: In the 1960s Brazil experienced events that still reflect in our society, especially in the area of education, discussions such as Popular Education began to emerge based on Marxist theories of an egalitarian education for all. The author treated in this research, Paulo Freire stands out at this moment of great political polarization worldwide, by proposing an experience in the city of Angicos interior of the State of Rio Grande do Norte in 1963 with his daring project of literacy in 40 hours. Through this context, this research proposes as its objective to discuss the experience of Angicos with education for emancipation, and thus verify through bibliographic research in books, articles, periodicals, theses and dissertations, based on descriptive rese-

1

2



arch, in order to observe how this experience contributed to prove education as a primordial piece for political and social autonomy of the subjects. We intend discussions with descriptions of memories of this political pedagogical project of literacy that can put theory and practice into action by placing Paulo Freire in his place of world prominence in discussions in Popular Education. After the desired analysis, we verified that the experience of Angicos can contribute with the ideas that Paulo Freire defended about education as a tool for political and social emancipation of the subjects.

Keywords: Literacy. Emancipation. Politics. Paulo Freire. Angicos.

1 INTRODUÇÃO

A experiência de Angicos tratada nesta pesquisa, insere-se no contexto histórico dos anos 1950 e 1960 no Brasil, no qual ganha força as mobilizações populares, sociais, públicas e culturais e tem o Nordeste como um dos centros destas discussões políticas e culturais efervescentes, pautando na grande limitação que a população tinha em relação à alfabetização e a escolaridade.

A efervescência das discussões sobre Educação Popular, colocada pelas correntes marxistas e católicas no Brasil, ganham força no governo do presidente João Goulart, emergindo pensadores e teóricos que tratam desta questão e a sua importância para o desenvolvimento de uma sociedade.

É neste cenário que Paulo Freire propõe a teoria da Educação como fonte libertadora, e apresenta uma nova perspectiva para educação de todos os cidadãos que não tiveram oportunidade de acesso à alfabetização. Assim, esta discussão pauta o primeiro item da pesquisa, que busca situar-nos no contexto histórico do período, a fim de verificarmos em qual palco se dava a experiência de Angicos e as ideias de Paulo Freire.

Mediante o contexto acima, esta pesquisa, objetiva analisar a experiência de Angicos-RN e sua colaboração para educação emancipatória dos sujeitos nos campos políticos e sociais, realizando uma análise contextual do período que efetivamente aconteceu o projeto e posteriormente discutindo a experiência narrada na obra de Carlos Lyra (1996).



A análise da obra tem por justificativa como os moldes educacionais trazidos por Freire dilaceraram a concepção da educação tradicional do período e expuseram novas metodologias, a fim de democratizar a educação, que serviu de referência até os dias atuais. Em diversos países suas obras são discutidas e tratadas, sendo a experiência de Angicos a mais palpável para análise da teoria quando aplicada na prática e o sucesso que ela pode obter.

A presente pesquisa preocupa-se em realizar uma análise da experiência mediante o contexto atual que vivemos de ataque às instituições educacionais, partindo de princípios ideológicos dos governantes. Paulo Freire passou a ser conhecido por estas obras, assim como outras publicadas posteriormente à década de 1960 e passou a ser reconhecido mundialmente como educador que critica a educação tradicional e propõe sua reformulação baseada nos princípios da valorização do conhecimento dos educandos e do diálogo como forma de relação entre as pessoas, inclusive na relação entre professores e alunos.

Esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, visto que, foi necessário recorrer a um referencial teórico sobre a temática, organizado por materiais publicados em periódicos, livros, dissertações, teses, jornais e sites (como Scielo Brasil e Capes), utilizando descritores como: Educação Popular; Paulo Freire; Angicos; Nordeste; e Alfabetização.

Utilizam-se recursos colocados por uma pesquisa descritiva, pois, conforme coloca Rudio “[...] descrever é narrar o que acontece. Explicar e dizer porque acontece. Assim, a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurar descrevê-los, classificá-los e interpretá-los” (RUDIO, 2010, p. 71).

2 NORDESTE BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO

O Brasil na década de 1960 está no meio de uma política desenvolvimentista, colocada pelo populismo de Getúlio Vargas (1951 – 1954). Este plano é



fortemente influenciado pelo estrangeiro, incentivando uma economia industrializada e amparada por investimentos estrangeiros e reforçando uma promessa de melhores condições de vida aos brasileiros.

Este investimento estrangeiro no Brasil vinha de um momento em que a economia e a política global giravam em torno de dois grandes blocos econômicos, sendo de um lado o comunismo defendido pela União Soviética, atual Rússia, que acreditavam na possibilidade de um mundo mais igualitário. Do outro lado temos a economia capitalista, defendida pelos EUA, que coloca uma sociedade e uma economia voltadas ao desejo de liberdade e justiça. Assim, estes dois países dividiram o mundo e iniciaram uma disputa por países que compartilhassem de suas ideologias.

O enfrentamento das duas ideologias e dos dois países foi conhecido como Guerra Fria, este momento na história ficou conhecido pela disputa entre estas diferentes economias, mas que não se enfrentavam fisicamente, mas disputavam o domínio ideológico em diferentes lugares no globo. Raymond Aron, nos mostra que: “[...] as duas superpotências e os dois blocos se defrontam, se opõem e rivalizam nos quatro cantos do mundo” (ARON, 2004, p. 494).

O Brasil nesse contexto, vivia um momento de dificuldade econômica, com um baixo desenvolvimento industrial, e com sua economia ainda rural, ele dependia do capital estrangeiro para grandes investimentos e geração de emprego, assim também era em toda América Latina.

Diante da crise ideológica que ocorria em âmbito mundial, setores tradicionais da sociedade brasileira viam em seus governantes um risco para manutenção do sistema capitalista no Brasil. Aproveitando da instabilidade política do governo, em abril de 1964, através de um golpe civil-militar ao governo vigente, foi instaurado, desta forma, o Regime Militar no Brasil, caracterizado pela falta de democracia, repressão aos opositores seguidos de torturas e exílios.

É classificado como uma das principais razões colocadas pelos militares ao tentarem justificar este golpe: o medo dos grandes latifundiários às reformas



agrárias, que poderiam reduzir suas grandes propriedades rurais localizadas em áreas ainda pouco povoadas do território nacional. Mas ainda assim, os principais prejudicados diretamente foram as pessoas menos favorecida, conforme afirma Piletti:

As condições de vida da população continuaram sempre mais precárias: no campo, sem a propriedade de terra, assistência técnica ou condições de sobreviver, milhões de pessoas foram levadas a migrar para as cidades; estas inchadas repentinamente por milhões de novos habitantes, tiveram seus problemas multiplicados, como: especulação imobiliária, falta de trabalho, ausência de saneamento básico, e condições de higiene para a maior parte da população, a precária e insuficiente assistência médica e muitos outros fatores conduziram milhões de brasileiros a viver em favelas, cortiços, sob viadutos ou nas ruas, sem as mínimas possibilidades de uma vida digna. Como consequência, os índices de mortalidade infantil cresceram, as doenças contagiosas aumentaram, fazendo dos brasileiros um povo doente e faminto. (PILETTI, 1997, p. 115).

Em caso diretamente tratado nesta pesquisa, o Nordeste, neste contexto brasileiro e agora com influências deste polarismo ideológico que dominava a economia mundial, teve seu papel de destaque. Inicia-se que na região havia altos índices de pobreza, analfabetismo e a população era carente das necessidades básicas essenciais à vida humana naquele momento.

Um terço das crianças pernambucanas não chegavam a completar 1 ano, uma economia totalmente agrária cujo índice ainda era muito baixo. (NADER, apud SANTOS, 2016).

No contexto da Guerra Fria, os embates no Nordeste eram mais acentuados na polaridade entre esquerda e direita, os americanos reconheciam que a vitória comunista na região significaria uma enorme perda política. Segundo Joseph Page (1972), o Nordeste compunha diversos elementos para que uma revolução camponesa acontecesse, sendo o governo nordestino ligado às ideias populistas, uma aproximação geográfica com a Ilha de Cuba, recentemente declarada comunista e terras ainda pouco exploradas, mas com altas projeções de exploração de riquezas.



Perante o golpe militar, o empobrecimento no Nordeste se estendeu cada vez mais, empobrecidos, também foram os cofres públicos da nação após o governo militar adquirir uma dívida externa.

A educação naquele momento, anos 1960, era considerada por diversos autores como um instrumento de mobilidade social, pois na época, a educação representava para o indivíduo a possibilidade de um *status* social. Desde 1946 com a nova Constituição, já foi colocado a necessidade de novas leis que substituíssem as leis do período monárquico e abrisse para um novo desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial.

O desenvolvimento na educação neste período se deu em sua maior parte após o incentivo e a instauração de classes de ensino supletivo para alfabetização de adultos, assim o ensino entre 1947 e 1959, alcançou cerca de 5,2 milhões de alunos e a taxa de analfabetismo em 1950 que era de 50% da população, caiu para 33,1% em 1970. Sendo esta uma das principais características do desenvolvimento da educação no Brasil.

As matrículas no ensino primário entre as décadas de 1920 e 1970 ultrapassaram os índices do crescimento populacional. Não são os índices ideais, mas ressalta-se que se tratou de um grande desenvolvimento na educação brasileira comparada aos períodos anteriores. Entrando já na década de 1960, a educação passou a ter auxílio dos governos estaduais, o que ampliou o acesso à escola e na reestruturação do ensino (LIMA; JÚNIOR, 2016).

Considerando o contexto político que o Brasil se encontrava neste período, uma sociedade em processo de industrialização e democratização deveria demonstrar investimentos na educação do seu povo. Mediante trabalhos como de Schultz (1971), o autor utiliza o conceito de capital humano para expor como os custos da educação enquanto mercado reflete na sociedade em termos de crescimento humano, melhores condições de vida, acesso à democracia e melhor qualificação para o mercado de trabalho.



Assim, após anos de lutas e debates, em 1961 (através da Lei n.º 4.024) foi estabelecido as diretrizes e bases da educação nacional. Seus principais pontos eram a liberdade, tanto para o setor público quanto o privado, de promoverem ensino em todos os níveis, sendo a organização:

Ensino pré-primário, composto de escolas maternas e jardins de infância; o ensino primário de quatro anos, com a possibilidade de acréscimo de mais dois anos para o programa de artes aplicado; Ensino médio, subdividido em dois ciclos; o ginásial, de quatro anos, e o colegial de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). Ensino superior; flexibilidade de organização curricular, o que não pressupõe um currículo fixo. (LIMA; JUNIOR, 2016, p. 4).

É neste emaranhado de contextos que temos os primeiros passos da Educação Popular no Brasil, que comunga com a educação como fator de emancipação da população. Porém, com a Ditadura Militar de 1964, as correntes de repressão seguiram fortes no Brasil e toda cultura de Educação Popular logo é considerada subversiva, assim o movimento é enfraquecido.

Ao mencionarmos a educação neste período, devemos recorrer às influências que a Educação Popular assumiu neste período, movimento este embasado pelas discussões e propostas dos partidos e movimentos de esquerda. O movimento de educação popular nasceu no Nordeste, na década de 60, no Estado de Pernambuco.

Demerval Saviani, define este movimento, inicialmente com crítica a educação no contexto da Primeira República:

Encontrava-se associada à instrução elementar que se buscava generalizar para toda a população de cada país, mediante a implantação de escolas primárias. Coincidia, portanto, com o conceito de instrução pública. Esse era o caminho para erradicar o analfabetismo. Foi com esse entendimento que se desencadeou a mobilização pela implantação e expansão das escolas primárias, assim como as campanhas de alfabetização de adultos. Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então o



sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticando como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente. (SAVIANI, 2008, p. 317).

Este movimento propõe conscientizar a população da importância da educação, e fazem isto através do apoio de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Mais especificamente na cidade de Recife no estado de Pernambuco, houve o apoio da prefeitura ao Movimento de Cultura Popular, que buscou uma campanha de interesse da população em alfabetizar-se, Saviani explica que:

Pretendia-se desenvolver uma educação genuinamente brasileira, visando a conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição intelectual era a de aprender com o povo, despidendo-se de todo o espírito assistencialista. (SAVIANI, 2008, p. 318).

Saviani ressalta que uma das características do movimento criado em Recife propõe o mergulho na Cultura Popular e a inserção da educação na realidade de cada população, este pensamento de influências marxistas e cristãs compõem, em sua maioria, o movimento.

O autor reverenciado nesta pesquisa, Paulo Freire, é a base do que se começou a chamar de Educação Popular. Freire é nordestino de Recife-PE e nasceu no ano de 1921, foi criado na pobreza enfrentando várias dificuldades. Durante essa realidade, conheceu uma professora chamada Eunice, que o ensinou a ler o mundo, esta professora ensinou que: “[...] a escola não era lugar de medo e de pavor, mas de reparar na maneira bonita de dizer palavras” (FIDALGO, 2000, p. 35).

Paulo Freire graduou-se em Direito em 1947, mas encontrou sua vocação trabalhando na área da educação no Serviço Social da Indústria (SESI). Com sua concepção de uma educação para todos, e com forte ligação com o governo de



João Goulart, que conforme já mencionamos, suas práticas eram ligadas ao que os conservadores chamavam de subversiva, após o golpe militar, Freire foi exilado e viveu fora por 26 anos, onde escreveu suas principais obras e se colocou a repensar a educação e o ato de ensinar.

Toda esta repressão sobre as obras de Paulo Freire veio de seu movimento para uma Educação Popular, que teve seu apoio da prefeitura de Recife que era governada por Miguel Arraes. Segundo Saviani (2008), nesse movimento:

Pretendia-se desenvolver uma educação genuinamente brasileira visando à conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na própria cultura do povo. A prática que se buscou implementar visava aproximar a intelectualidade da população, travando um diálogo em que a disposição do intelectual era a de aprender com o povo, despendo-se de todo o espírito assistencialista. (SAVIANI, 2008, p. 318).

Paulo Freire, segundo Scocuglia (2003), utiliza um pensamento anterior que foi colocado pelos chamados escolanovistas,³ que na década de 20 já propuseram que as práticas pedagógicas conseguissem libertar o povo da opressão e os conduzir para uma democracia plena.

Freire acredita que, a classe trabalhadora é imprescindível para o desenvolvimento da sociedade, o legado freiriano está relacionado ao desenvolvimento de espaços para o exercício da autonomia dos oprimidos, sendo então, realizados através do mecanismo escolar.

Freire entendia:

A prática educacional não é o único caminho à transformação social necessária à conquista dos direitos humanos. Contudo, sem ela, jamais haverá transformação social; é que a educação consegue dar às pessoas maior clareza para lerem o mundo, e essa clareza abre possibilidades de intervenção política. É essa clareza que lançará um desafio

³ Movimento iniciado em 1932 através de publicação em revistas e jornais do “Manifesto dos pioneiros da educação nova” que tinha como seu principal precursor Fernando de Azevedo e representou uma revolução no modo de se pensar educação no Brasil a partir deste momento.



ao fatalismo neoliberal. (FREIRE, 2014 apud FERREIRA; SOUZA, 2018, p. 47).

A crítica de Freire (2016) pauta-se na concepção que ele estabelece como educação bancária, um dos temas de suas principais discussões, na qual “[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2016, p. 38). Segundo o próprio autor, essa concepção de ensino seria instrumento de opressão. A relação entre o educando e o educador ocorre de formas narradoras e dissertadoras, conforme coloca Freire (2016):

A narração de conteúdo, que, por isso mesmo, tende a petrificar-se ou fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito — o narrador — e objetos pacientes, ouvintes — os educandos. (FREIRE, 2016, p. 79).

Essa narração, Paulo Freire (2016) chama de ato de depositar. O caráter bancário da educação fez com que o conhecimento se tornasse uma doação para aquele que julga ignorante do saber. Nesta concepção, para eles, o professor será sempre aquele superior que sabe e está ensinando a cultura dominante perfeitamente, e todos os alunos, aprendem e reproduzem essa cultura da qual estão totalmente fora e na qual dificilmente se enquadraram. Paulo Freire (2016) propõe, como um dos mecanismos de abstenção dessa opressão, não a mudança de realidade, mas sim, da mentalidade dos oprimidos.

Boufleuer (1991 apud SCHÜTZ; FENSTERSEIFER, 2018) coloca:

A pedagogia da libertação busca fazer com que o oprimido se dê conta dessa sua ‘aderência’ ao opressor e se conscientize como pessoa e como classe oprimida. A verdadeira libertação não pode ser confundida com uma pseudo libertação individual. Ela deve nascer da superação da contradição responsável pela desumanização: a existência de opressores e oprimidos. Será, necessariamente, uma tarefa coletiva. (BOUFLEUER, 1991 apud SCHÜTZ; FEMSTERSEIFER, 2018, p. 225).



Nestas concepções, Paulo Freire foi convidado para colocar suas ideias em práticas na cidade de Angicos no interior do Estado do Rio Grande do Norte no ano de 1963, a cidade natal do governador do período. Paulo Freire, que residia em Recife, capital do estado vizinho, com apoio da Universidade Federal e de alguns voluntários, topou o desafio, que foi de grande importância para sua vida, pois sua teoria foi colocada na prática e até os dias atuais é lembrada e reverenciada, trataremos sobre no capítulo que se segue.

3 ANGICOS — RN, 1963

Colocando as concepções de Paulo Freire sobre a educação como ferramenta para a autonomia, faz-se necessário o relato da experiência dos ensinamentos de Paulo Freire em Angicos. Essa experiência foi retratada por Carlos Lyra (1996), através da obra *As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação*.

Calazans Fernandes, em 1963 — com o convite do atual governador do Estado de Rio Grande do Norte, Aluizio Fernandes, cuja cidade natal era Angicos —, teve a missão de coordenar a campanha denominada *De pé no chão também se aprende a ler*, o jornalista Calazans então convida Paulo Freire para realizar o ambicioso plano de alfabetizar 100 mil adultos do Estado. Freire que no momento lecionava na Universidade Federal de Pernambuco topou o desafio (SILVA; SAMPAIO, 2015).

Inicialmente, o programa tinha como proposta realizar uma experiência de alfabetização em 40 horas e a cidade escolhida foi Angicos. Neste momento da experiência, o município tinha uma realidade pouco desenvolvida. Segundo Carlos Lyra (1996), autor da obra que relata a experiência, a cidade tinha 9.542 habitantes e 75% da população analfabeta.

Para realização da experiência Freire contou com o apoio da Faculdade de Direito UFRN, na qual pôde dar orientações gerais dos princípios que regiam



a proposta, da realidade que se encontrava naquela cidade e os níveis de analfabetismo. Convidados por Marcos Guerra, eram todos estudantes secundaristas em 20 de vários cursos da universidade como: Farmácia, Pedagogia, Direito, Serviço Social, Filosofia, entre outros.

Selecionados, os voluntários tiveram um período de preparação para experiência, ressaltando que o fato de alfabetizar não seria a critério próprio, havia um preparo anterior e rigoroso para que a experiência ocorresse da forma pretendida, assim os universitários estudaram as disciplinas de: Atualidades do Brasil; Economia Brasileira; Cultura Brasileira; Planificação e Desenvolvimento; Processo de Desalienação; Deficiência e Inorganicidade da Educação no Brasil (com o professor Paulo Freire); Considerações Gerais do Método; Análise e Síntese; Elaboração do Material Audiovisual; Pesquisa Vocabular; Seleção das Palavras Geradoras e, para o preparo das fichas e metodologias de ensino (também com o professor Paulo Freire).

Em depoimento, Valquíria Felix Silva, uma das voluntárias do período descreve:

Jovens universitários, movidos por um forte idealismo que se revestia não só de boa vontade ou de teoria, mas, sobretudo, de capacidade para gerar ações conscientes, instigadoras e consequentes, apressados que éramos pelo muito que se tinha para ser, pensar e fazer. (SILVA apud SAMPAIO, 2015, p. 945).

Até este momento, ninguém havia chegado nestas terras com estas promessas, propondo discussões com o mesmo lugar na fala, respeitando suas diferenças, singularidades, cultura e os respeitando como indivíduos, causando assim, até estranheza. Inicialmente, alguns diziam que era como *tirar leite de pedra*, mas logo puderam perceber que se tratava de um diálogo, não aulas fechadas e pouco úteis para suas vidas.

O autor e jornalista Carlos Lyra, publicou no ano de 1996 a obra chamada *As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação*. O autor



que participou como voluntário de Paulo Freire na experiência escreveu uma das mais longas obras de descrição desta grande experiência educacional no município de Angicos, Rio Grande do Norte em 1963, como se introduz a experiência mediante relato, apresentado na obra de Lyra (1996):

Ninguém me contou, eu vi acontecer, vi a revolução. Um dia chegou a Angicos um bando de moças e rapazes, quase todos universitários e todos os voluntários. Bateram de porta em porta:

— O Sr. Sabe ler?

Sáiram avisando, um alto-falante montado num jipe:

— Nós vamos ensinar quem quiser, qualquer pessoa pode ler e escrever.

No princípio eles não acreditavam muito, o povo da terra. Foi preciso ir mesmo de casa em casa, convencer um a um, com muita conversa. (LYRA, 1996, p. 20).

Nestes termos, e após muita desconfiança da população, mais de 300 alunos foram divididos em turmas e em locais improvisados pelos voluntários, como: varanda de casas, igrejas e salões (cedidos na zona rural e improvisados, separaram as turmas), que contavam com aulas todos os dias ao anoitecer, somando-se no final, 40 horas de atividades.

Para esta pesquisa, foram propostas as discussões sobre como a experiência de Angicos demonstrou o caráter emancipador que esse sistema trouxe para aquele povo no período em que a taxa de alfabetização no Brasil era muito baixa e ainda mais acentuada na região nordestina.

Freire acreditava que a educação formadora e conscientizadora, junto à alfabetização, poderiam ser suficientes para o início da emancipação desses indivíduos. O momento de ler por conta própria conseguiu auxiliá-los a enxergar o que estava ao seu redor e a enxergar o contexto no qual estavam inseridos (LYRA, 1996).

Reitera-se que o maior problema do Estado do Rio Grande do Norte, naquele momento, era o ensino (que atrasava o seu desenvolvimento econômico e social). Com a campanha de alfabetização promovida no Estado, os objetivos



deste projeto não se restringiam apenas ao ato de alfabetizar, mas o programa também previa:

1. Dar ao adulto o domínio das habilidades fundamentais em linguagem, leitura e aritmética;
2. Promover o renascimento ou a criação de ideias e padrões elevados de vida;
3. Formar no homem a convicção da sua responsabilidade (e da responsabilidade do Estado) em dar educação aos seus filhos;
- 4. Habilitá-los ao exercício da cidadania, como eleitor, como membro de uma nação livre e como participante ativo do regime democrático;**
5. Promover a elevação do seu nível de vida em casa, do ponto de vista de higiene, do conforto e da alimentação;
6. Habilitá-los à administração equilibrada dos seus recursos financeiros e da direção de sua própria vida;
7. Despertar nele a noção de que ele, sua mulher e seus filhos têm direito a uma vida melhor. (LYRA, 1996, p. 152, grifo nosso).

Conforme trecho supracitado, já em 1963, era notória a importância que se pautava para uma educação que fosse emancipadora politicamente e socialmente, uma que pudesse realmente trazer aos brasileiros o que propõe nos ideais da democracia, de direitos iguais para todos. E somente poderia ser concretizada com o conhecimento do cidadão sobre seus direitos políticos, civis e sociais.

Sobre a experiência na prática, os coordenadores nas entrevistas e nas palestras realizadas após a experiência, relatam o trabalho coletivo pautado no diálogo e a reflexão sobre a prática como um diferencial para o desenvolvimento do projeto. Ressaltam a tão desejada relação teoria e prática (SILVA; SAMPAIO, 2015).

Segundo relato de Marcos Guerra (apud LYRA, 1996):

Como todos nós que fomos coordenadores e alunos ao mesmo tempo, nas Quarenta Horas, nós fomos os coautores de 40 horas. Nós partimos de uma teoria do Paulo, nós em alguns momentos aprendemos com a teoria do Paulo, em outros momentos nossa prática questionou a teoria do Paulo, a nossa prática também pôde aperfeiçoar a teoria do Paulo, e a nossa prática obrigou Paulo a rever alguns



itens, não só o Paulo, mas toda a equipe do centro. (GUERRA apud LYRA, 1996, p. 12).

Pedagogicamente, o método de Paulo Freire buscava aproximar o ato de alfabetizar na cultura daquele povo, ele dispensou o uso da cartilha que era comum na educação brasileira e inicialmente buscou uma pesquisa sobre as palavras e diálogos que faziam parte daquele universo vocabular, e somou aproximadamente 400 palavras (LYRA, 1996).

O levantamento das palavras foi realizado através de diálogos informais, anotando as palavras mais expressivas, buscou-se uma aproximação também com o mundo do trabalho, político e conjugal desta comunidade. As palavras foram então separadas como geradoras e fonemas básicos.

O método visual ficou através de fichas coloridas que eram projetadas e contendo situações do próprio cotidiano do grupo, sendo a projeção realizada através de retroprojetor, projetor opaco e projetor de diafilme. Algumas palavras geradoras utilizadas foram, por exemplo: voto; povo; sapato; chibanca; milho; feira; expresso; xique-xique; salina; goleiro; tigela; cozinha; jarra; fogão; bilro; e almofada.

Carlos Lyra (1996) descreve uma pesquisa realizada com os participantes da experiência sobre o porquê gostariam de aprender a ler e escrever:

Na pesquisa de Angicos, 66 adultos informaram que iam aprender a ler e escrever para “melhorar a vida”; 26 “para ser motorista”; 23 para “ler jornal”; 20 para “ser professora”; 20 “para ser costureira”; 18 “para ficar sabendo”; 17 “para fazer cartas”; 15 “para ajudar aos outros”; 11 “para ser comerciante”; 10 “para votar”; 7 “para dirigir-se”; 4 “para ser músico” e 4 “para ler a bíblia”. A pesquisa revelou ainda uma população acomodada, conformada, indiferente, fatalista, descrente da experiência, subnutrida e precocemente envelhecida. (LYRA, 1996, p. 155).

A experiência teve seu fim após 40 horas, cravado no que havia sido definido no início do projeto e com 70% de aproveitamento. Sendo assim, possibilitou a comprovação da metodologia de Paulo Freire de alfabetizar em 40 horas, utilizando-se das vertentes educacionais propostas.



Conforme descreve Lyra (1996), as festividades de encerramento do projeto na cidade de Angicos obteve a presença das figuras mais ilustres do Brasil naquele momento, como o presidente e apoiador do projeto, João Goulart, juntamente com o governador do Estado do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves e o grande idealizador do projeto, Paulo Freire.

No discurso final, Paulo Freire (apud LYRA, 1996) colocou:

De hoje em diante, esses homens vão votar não nos homens que lhes peçam um voto; vão votar não nos políticos que somente porque sejam políticos se apoderaram do seu destino; vão votar não somente nos coronéis ou porque sejam coronéis, mas vão votar precisamente à medida em que esses candidatos revelem uma possibilidade de realmente e de lealmente servir ao povo e servir a ele mesmo. (LYRA, 1996, p. 115).

Ao exemplificar o que já fora discutido nesta pesquisa, para se pensar em uma educação voltada para autonomia dos sujeitos, o caráter político se fez presente na experiência de Angicos. Conforme relata Lyra, os participantes puderam ter diálogos que trouxessem esta discussão. Lyra expõe em sua obra uma carta que uma das alunas mais idosas Francisca Andrade, que escreve:

Senho presidenti
E neste momento que pego meu lápis para lhi comunicar as minhas necessidades. Agora mesmo não sou maça sou povo e posso esigi meus direitos. Senho präsidenti a gente tem percisão de muita coisa como: reforma agrária Escola e que o senho bote as leis da constituição pra fora. Tenho duas filas para edocar e não tenho recuso porço peço ao senho bouça di estudo pra que elas não cresam como eu cresi. Francisca Andrade. (LYRA, 1996, p. 116).

Para demonstrar mais uma vez a excelência do desenvolvimento deste projeto e a reafirmação da fala de Paulo Freire acima mencionada em comunhão com seus objetivos nesse programa, cita-se, então, o comentário de um aluno, também nos festejos de encerramento do projeto em Angicos:



Em outra hora, *nós éramos* massa. Hoje, já não somos massa, estamos sendo povo. Nós todos, alunos, uns trezentos e tantos ou quatrocentos, já sabemos escrever *qualqué* coisa, e ler outras coisas. Com a continuação, amanhã ou *adepois*, sabemos escrever as cartilhas do presidente da República, sabemos fazer *qualqué* coisa em favor do Brasil, em favor do Estado. (LYRA, 1996, p. 115 e 116).

A experiência de Paulo Freire ganhou repercussão nacional, e mediante o momento político que o Brasil se encontrava, naquele momento e após o golpe militar, tanto as obras de Freire quanto sua experiência foram consideradas subversivas, muitos alunos posteriormente queimaram seus materiais e negavam qualquer participação no projeto, muitos coordenadores também não seguiram na área e negavam envolvimento com a experiência de Angicos.

Paulo Freire foi exilado e o desenvolvimento que aquela experiência trouxe para educação mundial caiu no esquecimento, pelo menos até o fim da Ditadura Militar e o retorno de Paulo Freire ao Brasil.

Carlos Lyra (1996) coloca um dos depoimentos de Calazans Fernandes:

Por Angicos passaram observadores e especialistas em educação nacionais e internacionais, enviados especiais de jornais e revistas brasileiras, correspondentes da América Latina, dos Estados Unidos, Europa, União Soviética, Japão, Egito, notáveis jornalistas do The New York Times, sem que a pacata cidade, à beira do Rio Pataxós, perdesse sua calma. Naquela tórrida comunidade do sertão norte-rio-grandense foram ensaiados e amadurecidos os primeiros passos de um projeto avançado de educação de base. (LYRA, 1996, p. 193).

Pela autonomia nos dizeres desta comunidade, observa-se claramente o que é temido por algumas ideologias no Brasil e fortemente colocado no projeto, faz-se referência à discussão, um diálogo ouvido pelo autor Carlos Lyra (1996):

Terminada a solenidade, num calor de quarenta graus, o general Castelo Branco, dirigindo-se sozinho para o carro, chama o secretário Calazans Fernandes e, em tom afável, cordial, como quem está dando um conselho, diz:

— Meu jovem, você não acha que está engordando cascavéis neste sertão?



Calazans, não sentindo nenhuma atitude de interpelação, responde:
— General, depende do calcanhar que elas mordam! (LYRA, 1996, p. 117).

A experiência em Angicos mostra como a alfabetização pode quebrar paradigmas ao trazer a autonomia a uma comunidade através do conhecimento das leis que regem o seu país e a aproxima das discussões que são colocadas nos mais diversos contextos.

Assim, eles receberam o benefício da alfabetização que traz consigo a oportunidade de participar da vida da nação e de integrá-la. Utilizando como metodologia do trabalho palavras-chave relacionadas ao cotidiano desse grupo, foi possível alfabetizar a comunidade de Angicos. A importância da conexão do conhecimento com a realidade do aluno é fundamental, pois ela favorece o diálogo e a valorização da cultura de um povo.

Compreende-se que, durante o processo de alfabetização, a cultura em que esse aluno está inserido não é algo distante ou “não ideal”. Relacionar sua música, sua linguagem, sua geografia, os contos e lendas locais, sua cerâmica... também é objeto de cultura.

De acordo com Namó de Mello, “não se trata mais de alfabetizar para um mundo no qual a leitura era privilégio de poucos ilustrados, mas sim, para contextos culturais aos quais a decodificação da informação escrita é importante para o lazer, o consumo e o trabalho” (NAMÓ DE MELLO, 1995 apud GOMES, 2014, p. 34).

A colocação do aluno no momento do discurso final exemplifica prontamente os objetivos colocados por Paulo Freire na realização prática de suas ideias no campo educacional. Observa-se a tomada de consciência desse cidadão após se alfabetizar, após tomar conhecimento do mundo que o rodeia e, observando sua fala, conclui-se que nesse momento, esse aluno teve a oportunidade de observar como seu mundo estava aberto para o conhecimento, que ele poderia obter qualquer informação para alcançar o êxito nas atividades de



seu cotidiano e que ele saberia, logo, buscar informação através da leitura. Poderia, prontamente, ler jornais, revistas, anúncios, tudo que se fizesse necessário para estabelecer sua autonomia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os temas discutidos pôde-se refletir que houve uma tentativa de promover uma experiência de democracia, e que ela conseguiu garantir que o cidadão adquirisse autonomia de pensar, de tomar decisões por si próprio. Sendo a educação um dos principais mecanismos de aproximação do sujeito à consciência da realidade.

Desde o início do século XX no Brasil com as discussões propostas pelos *escolanovistas* a concepção de educação para emancipação dos sujeitos e efetivação da democracia já vem sendo colocada e trabalhada por diversos autores.

Ao florescer a década de 1960, mesmo com todas as suas conturbações políticas e o polarismo Comunismo e Capitalismo tomando conta até dos países subdesenvolvidos como o Brasil, Paulo Freire, residente na região nordeste brasileira, observando a realidade problemática e pobre ao seu redor, já enxergava a educação como mecanismo de melhoria daquelas condições de vida e já observava o outro ser humano com empatia. Consciente de que a educação é um direito de todos.

O autor, assim, coloca sua teoria em prática e parte para uma cidade no interior do último estado do Nordeste, onde a seca, a fome, a miséria e o abandono governamental são cotidianos. Ali, ele aplica sua teoria, trazendo uma nova perspectiva para aquele povo.

Paulo Freire ao receber o título de Cidadão de Angicano, após 30 anos da experiência, disse: “[...] em nenhum lugar do mundo em que estive me senti mais tocado do que aqui agora [...]”, frase que hoje, fixada no portal da cidade de Angicos, recebe a todos que entram na cidade (apêndices).



Trazendo tais discussões da década de 1960 e colocando-as em nossa sociedade atual, observando as discussões colocadas, os autores trabalhados, as citações apresentadas, conclui-se o caráter importante que a alfabetização assume na vida de um sujeito e o poder de se olhar ao nosso redor se entender que a educação é um direito de todos e para todos.

A alfabetização não é a única solução para a complexa situação sociopolítica brasileira atual, mas é uma tarefa essencial para a sociedade. A pedagogia de Paulo Freire, mesmo aplicada e desenhada naquele período em que a situação política, civil e social era completamente diferente da atualidade, juntamente a seu ensinamento, se faz ainda muito importante, por ser uma corajosa tentativa de enfrentar uma tensão ideológica de transformação da heteronomia para a autonomia.

Defende-se que o cidadão consciente do seu papel e de suas responsabilidades perante sua comunidade, consegue repensar as estruturas vigentes, questioná-las, entendê-las e posicionar-se frente ao que lhe foi colocado por sua cultura. Neste sentido, a educação ocorre na medida em que o indivíduo possa aprender a ser crítico, ter sua formação ética, determinar suas ideologias políticas, fazer escolhas e traçar seu destino de forma autônoma.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. Tradução Jorge Bastos. São Paulo: Editora Arx, 2004.

FERREIRA, Jovanka Mariana; SOUZA, Gisele. Reflexões acerca do movimento 'Escola sem Partido: inspiradas pelas teorias de Paulo Freire e Pierre Bourdieu. **Educação e Emancipação, São Luís**, v. 11, n. 2, p. 34-59, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/9528>>. Acesso em: mai. 2021.

FIDALGO, Lucia. Um olhar sobre Paulo Freire. *In*: ALBUQUERQUE. Duda. **Discutindo língua portuguesa**. São Paulo: Escala Educacional, 2000.



GOMES, Leonardo Teixeira. **Cidadania e Práticas escolares**: as representações de um grupo de alunos do ensino médio de uma escola pública paulista. Orientador: Denis Domeneghetti Badia. 2014. 114 p. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras - Unesp, Araraquara, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115574/000805944.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: mai. 2021

LIMA, Antonio Jose Araujo *et al.* **Panorama da educação brasileira na década de 1960**. Anais III CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<http://edito.rarealize.com.br/artigo/visualizar/21874>>. Acesso em: mai. 2021.

LYRA, Carlos. **As quarenta horas de Angicos**: uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996.

PILETTI, Nelson: **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, Deijenane Gomes. O Nordeste no contexto internacional nos anos 1950-1960: uma introdução. **PROCONDEL sudene**. 2016. Disponível em: <http://procondel.sudene.gov.br/Artigos/O%20NORDESTE%20NO%20CONTEXTO%20INTERNACIONAL_Deijenane.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores associados, 2008.

SCHULTZ, Jenerton. **O capital humano**: Investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SCHÜTZ, Jenerton; FENSTERSEIFER, Paulo. A relação entre educação e cidadania em Paulo Freire e Dermeval Saviani: reflexões sob a ótica de Hannah Arendt. **Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão**, v. 11, n. 26, p. 219-240, 2018.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa. Ed. Universitária/UFPB. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufma.br/index.php/infinitum/article/view/12061>>. Acesso em: mai. 2021.



SILVA, Francisco Canindé; SAMPAIO, Marisa Narcizo. Cinquentenário das “40 horas de Angicos”: memória presente na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20. n.63. 925-947. Out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-0925.pdf>>. Acesso em: mai. 2021.

APÊNDICES



Figura 1: imagem geral do portal de entrada da cidade de Angicos-RN.



Figura 2: portal da entrada da cidade de Angicos-RN.